Declaração da Rede WATERLAT-GOBACIT

Desigualdade, injustiça e indefensabilidade na América Latina e Caribe: sobre a necessidade de construir alternativas de enfrentamento ao retorno do extremismo autoritário no Brasil e na região

Nossa Rede Internacional teve, desde o início, um profundo compromisso com a pesquisa, o ensino e a intervenção com relação aos processos sociais, em sentido amplo, que produzem e reproduzem desigualdades, injustiças e indefensabilidade nas sociedades humanas (http://waterlat.org/pt/). Nosso objeto central de pesquisa, a política e a gestão da água em suas múltiplas facetas, é simultaneamente uma "janela" por meio da qual temos acesso a, e um resultado de, tais processos. Por esta razão, nosso enfoque procura transcender os reducionismos que caracterizam as formas prevalecentes da pesquisa, o ensino e a intervenção, segundo os quais os estudos sobre a água devem se restringir aos aspectos tecnocientíficos ou econômico-mercantis, numa pretendida neutralidade valorativa, frequentemente utilizada para justificar a falta de posicionamento sobre questões fundamentais para a sobrevivência das sociedades humanas civilizadas. Nossa Rede se mantem numa posição de alerta permanente e tem manifestado, consistentemente, seus posicionamentos contrários aos processos socioeconômicos, políticos e culturais que ameaçam, não somente os frágeis sistemas democráticos da região, mas, também, a própria continuidade da vida de numerosos grupos humanos e setores sociais. Historicamente, América Latina e Caribe carregam um pesado fardo: são consideradas as regiões mais desiguais do planeta. Mesmo considerando que alguns países, no início do século XXI, particularmente na América do Sul, conseguiram reduzir substancialmente seus níveis de pobreza extrema, as desigualdades tem persistido. De acordo com informes recentes, desde o ano 2015 o que se observa é um processo de rápida reversão e de perdas dos avanços alcançados. Isto acontece num contexto no qual a violência repressiva e assassina por parte de governos da região, em associação com grupos de poder, empresas privadas nacionais e multinacionais e outros atores, tem atingido níveis intoleráveis em sociedades que se presumem democráticas e civilizadas. Alguns países, como Honduras, tem a triste fama de estar entre os mais perigosos do planeta para se defender a vida e a natureza, enquanto que outros como Brasil, Colômbia e México encabeçam as estatísticas mundiais de assassinatos de líderes sociais, muitos deles camponeses, indígenas, afrodescendentes e de outros grupos historicamente marginalizados, que defendem seus territórios e suas águas contra o avanço das atividades extrativistas. E o mais grave: esses assassinatos, em sua grande maioria, permanecem impunes e muitas vezes sequer são investigados. Outras formas de violência exercidas contra as comunidades, violências legal-institucionais, frequentemente ilegítimas, violências simbólicas, emocionais, psicológicas, violências silenciosas e silenciadas, tem operado historicamente, também, como mecanismos de produção, reprodução e manutenção de desigualdades estruturais em nossas sociedades. Estes são problemas sobre os quais nossa Rede Internacional tem se manifestado regular e consistentemente (http://waterlat.org/pt/declaracoes-publicas/).

No entanto, com exceção das ditaduras civil-militares que arrasaram nossas sociedades durante a segunda metade do Século XX, essa violência e desigualdades estruturais são ignoradas, silenciadas, ocultadas ou negadas, raramente justificadas abertamente e muito menos incluídas em campanhas eleitorais apoiadas por milhões de pessoas e por amplos setores sociais. Destacam-se, neste contexto, sobretudo setores empresariais, amplas frações do *establishment* judicial e policial-repressivo, classes

médias educadas, incluindo acadêmicos e estudantes universitários, milhões de pessoas que se autodenominam "cristãos", e também contingentes das classes trabalhadoras e até de setores excluídos. Sem dúvida, esta descrição reflete a experiência do processo eleitoral que acontece no Brasil neste momento. Cerca de 50 milhões de eleitores, 46 por cento dos votos válidos, manifestaram seu apoio ao candidato extremista Jair Bolsonaro no primeiro turno, realizado em 7 de outubro de 2018. Bolsonaro, abertamente, justifica os crimes da ditadura militar brasileira (1964-1985), lamenta que a escala da repressão e assassinato de opositores políticos não tenha sido maior durante a ditadura, justifica a tortura, o uso indiscriminado e generalizado de armas, o estupro, proclama o aprofundamento das formas de discriminação de classe, de gênero, étnicas, sexuais, etc.. Propõe, inclusive, retirar o Brasil das Nações Unidas e do Acordo de Paris sobre Mudança Climática, planeja eliminar o Ministério de Meio Ambiente e as regulações ambientais em geral, entre muitas outras questões. O grande triunfo eleitoral do candidato, custodiado pela ameaça de golpe militar em caso de resultado eleitoral favorável ao candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, e apoiado, explícita ou tacitamente, pelo aparato judicial-repressivo e midiático, por setores influentes do *establishment* intelectual e político que até agora pretendia manter sua máscara liberal, pelos "mercados" que celebraram efusivamente o resultado eleitoral do primeiro turno, e por milhões de crentes autodenominados "cristãos", os quais parecem ignorar os preceitos básicos de seu líder religioso, que, entre outras coisas, predicou a tolerância, o cuidado dos setores excluídos e marginalizados da sociedade e expulsou, do templo, representantes dos "mercados" da época, segue despertando surpresa e todo tipo de sentimentos e reações.

A emergência de Jair Bolsonaro como líder num dos países mais importantes do planeta, pelo tamanho, riqueza e peso específico, reflete a normalização de um processo histórico fundado na reprodução ampliada e no aprofundamento da desigualdade estrutural. Não estranha que, por exemplo, o Presidente do Chile, Sebastián Piñera, celebre, em fóruns internacionais, a política econômica de Bolsonaro para o Brasil, ultraneoliberal e privatizadora, ou que representantes do governo da Argentina estejam preocupados com o impacto econômico de tal política, que inclui, dentre outras propostas, a ameaça de retirar o Brasil do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Na realidade, estes governos, como muitos outros da região e em nível internacional, compartilham tacita ou explicitamente, o caráter abertamente antidemocrático da proposta de Jair Bolsonaro, que se caracteriza por um profundo desprezo pelo respeito aos direitos humanos e aos princípios da democracia substantiva em geral. Na Argentina, o governo do Presidente Mauricio Macri tem demonstrado uma clara disposição em violentar aspectos fundamentais do Estado de Direito, recorrendo a práticas autoritárias de perseguição de oponentes políticos e dissidentes, a criminalização dos movimentos sociais, incluindo a desaparição e o assassinato de lideranças sociais com participação das forças de segurança, a desacreditação sistemática das organizações de defesa dos direitos humanos, e uma política elitista e economicamente devastadora pelas suas consequências sobre a maioria da população. Não é estranho, portanto, que lideranças da extrema direita europeia como o Vice-presidente da Itália Matteo Salvini e a francesa Marine le Pen, Presidenta do partido político Rassemblement National, previamente conhecido como Frente Nacional, tenham expressado fervorosamente sua aprovação pelo triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro, a quem vem como uma liderança promissora do avanço extremista na América Latina. Na realidade, a possibilidade de que a proposta extremista triunfe no Brasil, provavelmente, tem aprovação tácita ou implícita de muitos dos governos de direita e setores sociais afins na região. Mas tampouco deve estranhar o apoio dos "mercados", a maioria dos quais tem suas bases localizadas nos territórios das democracias capitalistas mais avançadas do planeta. O estridente apoio dos "mercados" ao projeto extremista de Jair Bolsonaro se soma ao silêncio cúmplice dos governos, instituições internacionais e intelectuais e políticos "liberal-democráticos" que, com poucas exceções, tem preferido calar, ou falar bem baixo, em lugar de se posicionar claramente na defesa da luta pela democracia substantiva, os direitos

humanos e os princípios da inclusão, a solidariedade e a igualdade. É necessário examinar a relação entre estes silêncios e os processos neocoloniais e neoimperiais que se espalham na América Latina e Caribe, os quais se expressam claramente na re-subordinação e disciplinamento (pode-se falar também de humilhação do Brasil, após a falida tentativa de converter o país em um poder econômico e político autônomo, com liderança global). Estes processos de re-subordinação, disciplinamento e humilhação também se expressam no ataque que vem sofrendo os processos e as instituições de integração regional na América Latina e Caribe, um ataque dirigido a reduzir ou inclusive eliminar o crescente nível de autonomia atingido pela região nas primeiras duas décadas deste século. A análise das formas nas quais estes diversos processos estão interconectados, assim como sua direção, dinâmicas, avanços e consequências para os processos de democratização e para a própria sobrevivência de nossas sociedades, tem máxima urgência.

Com base nos comentários prévios e a partir do enfoque, objetivos e prioridades que orientam a nossa Rede Internacional, expressamos, uma vez mais, nosso forte apoio fraterno às forças sociais democráticas do Brasil, em suas diversas expressões, na sua luta por derrotar a ameaça que apresenta o extremismo autoritário do candidato a Presidente Jair Bolsonaro. Entendemos que esta luta inclui a necessária construção de alternativas, não só com relação ao extremismo de direita, mas também ao extremismo mercantil privatista, disfarçado com frequência de liberal-democrático. Como temos refletido em ocasiões anteriores, não se trata de ignorar erros cometidos pelos governos progressistas, incluindo as experiências de corrupção público-privada que continuam formando parte da realidade da região com independência dos atores políticos que ocupem cargos nos governos de turno. A luta requer, sobretudo, uma visão Política, no sentido mais elevado do conceito, para deixar de lado as rivalidades e os egocentrismos e se concentrar na geração de uma aliança que permita alcançar a vitória contra as poderosas forças que promovem o retrocesso do Brasil e de toda a região.

Rede WATERLAT-GOBACIT, 10 de outubro de 2018